CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA

CNPJ: 44.608.776/0001-64

Relatório da Administração

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, a administração das **Centrais de Abastecimento de Campinas S/A – CEASA** submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2021 e 2020, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas nos dispositivos da Lei n° 6.404/76 das Sociedades por Ações e suas alterações posteriores, da Lei nº 13.303/2016 Lei de Responsabilidade das Estatais, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Senhores Acionistas:** Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar a V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, com o respectivo Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. **Auditoria Independente:** As Demonstrações Financeiras da Companhia são auditadas pela empresa Lam Auditores Independentes. Em atendimento a instrução CVM n° 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados pelos mesmos à Companhia, no exercício das suas funções de auditoria externa independente. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração segue as prerrogativas e responsabilidades estabelecidas por lei e pelo estatuto social, e atualmente é composto de sete membros titulares e respectivos suplentes, sendo os titulares obrigatoriamente acionistas da Sociedade, com mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração é constituído pelos seguintes membros efetivos e seus suplentes: a) um representante dos funcionários da Sociedade, escolhidos por eleição da Assembleia de Classe; b) um representante dos permissionários do mercado atacadista de hortigranjeiros; c) um representante dos permissionários do mercado atacadista de flores e d) quatro representantes indicados pelo Acionista Majoritário. Em 2021 foram realizadas treze reuniões do Conselho de Administração. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal, de caráter permanente e independente da Administração e dos Auditores Independentes, como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, é composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandatos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição, sendo permitida a reeleição. Em 2021 foram realizadas quatorze reuniões do Conselho Fiscal. **Desempenho Operacional Mercados:** As Centrais de Abastecimento de Campinas S/A – CEASA apresentou, no exercício de 2021, volume físico do mercado de hortigranjeiros comercializado, da ordem de 627.285 toneladas, por sua vez o mercado de flores, apresentou um volume de comercialização de 8.313 toneladas. Ressaltamos a manutenção dos controles das entradas das mercadorias no entreposto da Companhia. **Realizações Operacionais: a)** Liberação de área - Fora realizado o esgotamento, destinação de lodo e soterramento parcial das lagoas artificiais envolvidas durante 35 anos na decantação e oxidação por fotossíntese de efluentes da Central, constituindo-se em área disponível para futura ocupação (18.000m²). Todo o processo foi feito em parceria com outras pastas do município, evitando custos. **b)** Operação tapa buraco – Através de parceria com a Secretaria de Serviços Públicos, foi realizado a operação tapa buraco no sistema viário da CEASA e também parcial no estacionamento do Mercado de Flores. Foram utilizadas 300 toneladas de massa asfáltica, proporcionando uma economia de aproximadamente R$ 700.000,00. **c)** Vacinação Contra a COVID-19 – Participação de forma complementar na campanha de combate a COVID-19, com vacina in loco, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, sem qualquer custo vez que o ambulatório médico é operado por acordo de cooperação com a ASSOCEASA e a Secretaria Municipal de Saúde cedeu as doses de vacinas. **d)** Convênio FUMEC/CEPROCAMP – Firmamos convênio para instalação de salas vinculadas a FUMEC/CEPROCAMP na unidade CEASA Horto Shopping Ouro Verde e, parceria para desenvolvimento de cursos realizados na CEASA para participação específica da mão de obra necessária pelos permissionários, seus funcionários, carregadores e demais públicos. **e)** Reforma no Conjunto de Sanitários – Foi realizado reformas nos sanitários do Mercado Livre 1, o qual contou com o investimento de R$169.689,46. **f)** Conclusão da Plataforma Logística 1 e Conjunto Sanitário – Fora concluído em 2021 a construção da plataforma logística 1 e conjunto sanitário, com o investimento total de R$ 2.196.580,35, sendo R$ 409.940,75 de desembolso no exercício de 2021. **g)** Migração Mercado Livre de Energia – Aprovação do Conselho de Administração para migração para o mercado livre de energia, a partir de 05/2023, com perspectiva de redução de 30% da conta atual. Avanço nos estudos de viabilidade para implantação de parque fotovoltaico na planta. Evolução nos estudos para atualização tecnológica e de capacidade de geração de energia elétrica (usina), que impactará proporcionalmente na conta atual, reduzindo-a. **h)** Implantação Fase I do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio – Implantação da denominada fase I (englobando o prédio da administração e serviços) do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios, devidamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo, investimento em 2021 R$ 306.331,81. **Programas Sociais** - A Ceasa Campinas administra os seguintes programas sociais: **1)- PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** – Convênio com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO onde realizamos a logística de, em média, 68.756 refeições por dia, priorizando os alimentos in natura como frutas, verduras e legumes. Informamos que no período de fevereiro a março/2021 somente as escolas Estaduais estavam com as aulas presencias (rodízio). Em abril/2021 iniciou-se as aulas presenciais nas EMEF's, e somente em maio/2021 nos demais ensinos. Durante o período de suspensão das aulas presenciais, não houve produção de refeições para atender aos alunos. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação atendeu aos alunos com fornecimento de 329.835 cestas básicas e 337.092 Kits hortifrutigranjeiros durante todo o ano letivos de 2021. **2)- BANCO MUNICIPAL DE ALIMENTOS** – Termo de Cooperação com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS onde são atendidas 35.000 pessoas mensalmente através de 120 entidades assistenciais garantindo a segurança alimentar do Município. **3)- ISA – INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE PARA PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO** – Termo de Fomento com Entidade do 3º Setor que capta doações dos permissionários desta Central para atendimento na média de 63 entidades assistenciais e 44.216 pessoas mensalmente, ajudando a combater a fome em algumas regiões do Município. Em 2021 o ISA atuou em 05 frentes de atendimento distribuindo as doações da seguinte forma: diretamente nos bairros, nas entidades assistenciais, às pessoas em tratamento paliativo, de forma esporádicas /eventos sociais e em decorrência da pandemia do Covid-19. **4)- ESCOLA DE COZINHA CEASA** – Parceria entre a Universidade São Francisco (USF) e a Ceasa Campinas, que promove o projeto "Cozinha Ceasa/USF – Alimentação Sustentável ISA", que tem como objetivo formar cozinheiros e promover a alimentação saudável através do uso integral dos alimentos, voltado às famílias atendidas pelo Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA). Em 2021, devido às medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19, houve a formação de 01 turma respeitando as medidas de distanciamento. **5)- UNIDOS NA VITÓRIA** - Diante da importância de destinar corretamente materiais recicláveis e evitar a poluição visual e do meio ambiente, além do fato de que a CEASA Campinas deve cumprir medidas fitossanitárias garantindo a segurança alimentar e nutricional, em Abril/2021 foi celebrado contrato com a Cooperativa de Produção dos Profissionais em Coleta, Manuseio e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis Unidos na Vitória, CNPJ: 09.273.572/0001-19. O Contrato prevê a prestação de serviços de coleta seletiva solidária e triagem de materiais recicláveis no interior da CEASA Campinas - Planta Dom Pedro (Mercados Hortifrúti e Flores) cujo valor global do contrato é de R$ 178.320,00 com prazo de 12 meses (R$ 14.860,00/mensal).**6)- ASSOCIAÇÃO SEM CHUTEIRA** - A Companhia realizou em Dezembro/2021 doação no valor de R$ 8.693,62 à Associação Sem Chuteira Familiares e Amigos do Futebol, CNPJ: 32.179.827/0001-09 no intuito de fomentar as atividades de caráter desportivo. O valor doado corresponde a 1% do IR sobre a alíquota de 15% na apuração do IRPJ - base de cálculo Novembro/2021 – amparo legal Lei 11.438/06.

Campinas, 04 de Março de 2022

Valter Aparecido Greve	José Guilherme Lobo	Claudinei Barbosa
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor Técnico e Operacional

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2021	2020	PASSIVO	nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e Banco Conta Movimento	5	226	78	Fornecedores	11	2.306	3.357
Banco Aplicações Financeiras	5	16.032	17.494	Impostos e contribuições			
Contas a receber	6	4.809	4.082	a recolher	12.a	1.708	1.231
Estoques	8.a	208	132	Salários e encargos sociais	12.b	1.978	1.868
Impostos a recuperar	8.b	152	219	Indenizações judiciais a pagar	15.a	758	557
Despesas pagas antecipadamente	8.c	117	139	Adiantamentos de clientes		-	-
Outros créditos	8.d	1.058	1.005	Valores de Terceiros	13.a	38	30
Total do ativo circulante		22.603	23.150	Outras contas a pagar	13.b	1.327	1.620
Não circulante				Total do passivo circulante		8.115	8.664
Outros créditos		-	85	**Não circulante**			
Depósitos judiciais	15	1.862	955	Imposto de renda e contribuição			
Imposto de renda e contribuição				social diferidos	14.b	37.292	38.281
social diferidos	14.a	141	137	Indenizações judiciais a			
Investimentos		-	-	pagar - LP	15.a	477	696
Imobilizado	9	180.774	177.863	Exigibilidade Suspensa	22	1.468	-
Provisão de Perdas	9.b	(2.432)	(2.432)	Provisões	15	416	402
Depreciação Acumulada	9	(59.068)	(55.517)	Convênios PMC	7	8.390	10.931
Imobilizações em andamento	9	314	2.310	Total do passivo não circulante		48.043	50.310
Intangível	10	239	222	**Patrimônio líquido**	16		
Amortização Intangivel	10	(167)	(147)	Capital social		8.562	8.562
Intangível em Desenvolv. em andamento		52	52	Retenção de lucros		9.093	6.718
Provisão Perdas por Obsolescência		(52)	(52)	Ajustes de avaliação patrimonial		70.454	72.372
Total do ativo não circulante		121.664	123.477	Total do patrimônio líquido		88.109	87.652
Total do ativo		**144.267**	**146.627**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**144.267**	**146.627**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**8.562**	**6.799**	**-**	**74.294**	**89.655**
Reversão Constituição dos ajustes de avaliação patrimonial (nota 12)					(16)	(16)
Reversão Perda por desvalorização					9	9
Reversão da constituição do IRPJ e da CSLL diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (nota 15)					6	6
Realização do custo atribuído	14.b	-	-	2.909	(2.909)	-
Reversão do IRPJ e da CSLL diferidos sobre custo atribuído	14.b	-	-	(989)	989	
Prejuízo do exercício		-	-	(2.001)		(2.001)
Destinações:						
Retenção de lucros	**16.b**	**-**	**(81)**	**81**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**8.562**	**6.718**	**-**	**72.372**	**87.652**
Redução Perda por desvalorização						
Realização do custo atribuído	14.b	-	-	2.907	(2.907)	-
Reversão do IRPJ e da CSLL diferidos sobre custo atribuído	14.b	-	-	(988)	988	-
Lucro do exercício		-	-	457		457
Destinações:						
Retenção de lucros	16.b	-	2.375	(2.375)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**8.562**	**9.093**	**-**	**70.454**	**88.109**

Demonstrações de resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	**18**	**83.704**	**68.671**
Custo da prestação de serviços - Permissão de uso		(3.571)	(3.554)
Custo dos convênios - Prefeitura de Campinas	7	(66.291)	(52.993)
Lucro bruto		**13.842**	**12.124**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	19	(13.407)	(14.939)
Receitas financeiras líquidas		927	238
Outras receitas		228	
		(12.252)	(14.701)
Lucro/ (Prejuízo) antes dos impostos		**1.590**	**(2.577)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17.a	(2.126)	(372)
Diferidos	17.b	993	948
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		**457**	**(2.001)**

Demonstrações dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	**457**	**(2.001)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	3.571	3.542
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(988)	(989)
Custo das baixas do ativo imobilizado	-	(16)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13	(120)
Depositos Judiciais para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(907)	(216)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(727)	7.344
Estoques	(76)	29
Impostos a recuperar	67	92
Despesas pagas antecipadamente	22	(59)
Outros créditos (circulante e não circulante)	28	15
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.052)	(4.814)
Impostos e contribuições a recolher	477	(925)
Salários e encargos sociais	110	(689)
Indenizações judiciais a pagar	(19)	1.211
Prefeitura de Campinas - Convênios	(2.541)	10.931
Outras contas a pagar	1.183	(257)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(382)	13.078
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Redução de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(932)	(2.154)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(932)	(2.154)
Caixa e equivalentes de caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais e de investimentos	**(1.314)**	**10.924**
A variação do caixa e equivalentes de caixa é assim demonstrada:		
No início do exercício	17.572	6.648
No fim do exercício	16.258	17.572
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(1.314)**	**10.924**

Demonstração do EBITDA exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**457**	**(2.001)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.126	372
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(993)	(948)
Depreciação/amortização	3.571	3.554
EBITDA	**5.162**	**977**

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**457**	**(2.001)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**457**	**(2.001)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1 - Contexto operacional: As Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA ("CEASA" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 140,5 - SP 065 - Pista Norte - Barão Geraldo - Campinas - SP, e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede. A CEASA tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissão de espaço nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades. A CEASA executa por meio de convênio assinado com a Prefeitura de Campinas o programa de segurança alimentar e nutricional Banco de alimentos que tem por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas, campanhas de arrecadações, eventos e entre outros. Através da Secretaria Municipal Assistência Social e Segurança Alimentar são cadastradas 120 entidades assistenciais da cidade. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas, também são atendidos outros pedidos em caráter de urgência conforme a demanda da secretaria, incluindo os abrigos municipais e outros projetos sociais. Esse programa tem atendido aproximadamente 35.000 pessoas mensalmente. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade desenvolvendo atividades educativas sobre alimentação saudável, oficinas de culinária sobre aproveitamento integral dos alimentos, palestra sobre higiene e manipulação de alimentos. A Companhia administra o convênio "Programa Municipal de Alimentação Escolar" da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 548 unidades escolares municipais, estaduais e núcleos, localizados no município, conforme quadro abaixo:

UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS EM 2021 POR TIPO DE ENSINO - 548

TIPO DE ENSINO	QUANTIDADE DE UNIDADES
CEI (BEM QUERER)	30
CEI (CEMEI / EMEI)	139
EMEF	46
ESTADUAIS	163
NÚCLEOS	52
ETEC	2
ENTIDADES	46
FUMEC / COZINHA REGIONAL	70
TOTAL	**548**

Com o intuito de atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, formando e recuperando hábitos alimentares saudáveis, através de uma alimentação de qualidade e adequados à faixa etária e condições socioeconômicas, disponibilizamos 15 tipos de cardápios para as unidades. Realizamos controle de normas técnicas e higiênico-sanitária através de visitas realizadas pela equipe técnica do Ceasa. São, em média, 68.756 refeições por dia, priorizando os alimentos in natura como frutas, verduras e legumes. Informamos que no período de fevereiro a março/2021 somente as escolas Estaduais estavam com as aulas presencias (rodízio). Em abril/2021 iniciou-se as aulas presenciais nas EMEF's, e somente em maio/2021 nos demais ensinos. Durante o período de suspensão das aulas presenciais, não houve produção de refeições para atender aos alunos. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação atendeu aos alunos com fornecimento de 329.835 cestas básicas e 337.092 Kits hortifrutigranjeiros durante todo o ano letivo de 2021.

REFEIÇÕES SERVIDAS EM 2021 POR TIPO DE ENSINO

TIPO DE ENSINO	TOTAL ANUAL*	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
CEI (NAVE MÃE)	961.043	120.130	6.615
CEI (CEMEI / EMEI)	1.500.207	187.526	10.224
EMEF	1.575.821	175.151	9.381
ESTADUAIS	5.829.758	529.978	28.524
NÚCLEOS	419.443	69.907	3.811
ETEC	103.923	20.785	1.157
ENTIDADES	1.245.077	155.635	8.757
FUMEC/COZINHA REGIONAL	43.229	5.404	287
TOTAL EM 2021	**11.678.501**	**1.264.516**	**68.756**

***208 Dias Letivos**

O Mercado Permanente de Flores e Plantas Ornamentais da Ceasa-Campinas movimentou no ano de 2021 8.313,28 toneladas contra 11.946 em 2020, apresentando uma redução de 30,4%. O valor financeiro, em reais, movimentado em 2021 foi de R$ 27.338.115,51 contra R$ 38.608.464,47 em 2020, representando uma redução de 29,19%, a qual ocorreu principalmente pelos efeitos da pandemia. O Mercado de Hortifrúti da Ceasa-Campinas por sua vez, apresentou, no exercício de 2021, volume físico comercializado da ordem de 627.285 toneladas e 616.658 toneladas em 2020, resultando um aumento no volume de 1,72%. A comercialização do Mercado de Hortifrutigranjeiros da Ceasa-Campinas no exercício de 2021 foi de R$ 1.864.205.841,95 e comparado ao exercício de 2020 que foi de R$ 1.603.078.000,00, resultou um acréscimo de 16,29% [1]. A Ceasa e a Assoceasa fomentam as atividades do ISA - Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, e arrecada doações de frutas, verduras e legumes dos permissionários, depois seleciona, higieniza e distribui. Em médias as doações de hortifrútis dos permissionários da CEASA no ano de 2021 somaram 2.500 toneladas e beneficiaram cerca de 44.216 pessoas por mês. Em 2021 o ISA atuou em 05 frentes de atendimento distribuindo as doações da seguinte forma: diretamente nos bairros, nas entidades assistenciais, às pessoas em tratamento paliativo, de forma esporádicas /eventos sociais e em decorrência da pandemia do Covid-19. [1] Dados de Jan à Jun 2021 foram levantados por estimativa baseados em diferentes sistemas de registro de informações, sujeitos a revisões e alterações. **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** ***Declaração de conformidade e base de preparação*** - As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, com os Pronunciamentos, com as Orientações e com as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia. **a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **b) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R$) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processo judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **2 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras respeitando as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **a) Instrumentos financeiros** - *i. Ativos financeiros não derivativos* - Os principais instrumentos financeiros ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata. A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual. - *ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo* - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. - *iii. Passivos financeiros não derivativos* - A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Equivalentes de caixa correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 5). **c) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes (permissionários) são registradas pelos seus valores presentes, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na sua realização, utilizando como critério a análise individualizada de cada permissionário. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Para constituição de estimativa para redução ao valor realizável dos estoques são avaliados os itens estocados de forma a identificar itens obsoletos estocados, itens que possam ser específicos para manutenção de sistemas descontinuados, itens com data de validade expirada e itens de giro lento. Se identificados itens nas condições acima, ao longo do exercício subsequente, passam a ser avaliadas as probabilidades de seu descarte, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, e outros fatores que influenciem uma possível venda e recuperação parcial de valor. **e) Investimentos**: São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **f) Imobilizado:** *i. Custos subsequentes* - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. *ii. Depreciação* - Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de componente. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil
·Edificações	15 a 45 anos
·Instalações	10 anos
·Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
·Urbanizações	10 a 25 anos
·Computadores e periféricos	5 anos
·Móveis e utensílios	10 anos
·Veículos	4 a 5 anos
·Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis** - *i. Reconhecimento e mensuração* - Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. É composto basicamente por direito de uso de softwares. *ii. Gastos subsequentes* - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *iii. Amortização* - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os direitos de uso de softwares é de 5 anos. **h) Redução ao valor recuperável** - *i. Ativos não financeiros* - Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis, têm em seu valor recuperável e testado sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício ou no patrimônio líquido caso seja resultado de avaliação patrimonial anterior. *ii. Ativos financeiros* - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado, quando aplicável, é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **i) Provisões** - Uma provisão é reconhecida, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **j) Benefícios a empregados** - *i. Benefícios de curto prazo a empregados* - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **k)Receita operacional** - A receita operacional oriunda da autorização do uso da área e permissão de espaço é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. *i. Permissão de uso – CEASA* Consistem nas receitas de tarifas (aluguéis) derivadas da permissão de áreas nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados e Varejões. *ii. Convênio - Prefeitura de Campinas* - Consiste em repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para cobrir os custos com os Convênios Programa de Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos. **l)Tributação**- *i. Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *ii. Tributos indireto* - As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados e receitas financeiras estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: (a) Receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados: Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%; ·Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%. (b) Receitas financeiras: · Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 0,65%; · Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 4%. Esses tributos são apresentados como deduções das vendas e receitas financeiras na demonstração do resultado. **4 Gerenciamento de risco financeiro - Visão geral** - A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de Crédito - · Risco de Mercado - **Estrutura do gerenciamento de risco** - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição a estes. As operações estão, substancialmente, registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionário e efetua aplicações somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, em que há possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos avindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimentos e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

5 Caixa e equivalentes de caixa (em milhares de reais)

	2021	2020
Caixa e Bancos	226	78
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	16.059	17.494
Provisão IRRF e IOF	(27)	-
	16.258	**17.572**

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de renda fixa (CDI), possuem liquidez imediata, a qualquer momento podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Companhia. Em 2021 as Aplicações Financeiras passaram a ser contabilizados em seu valor líquido sendo descontados os valores projetados para IRRF e IOF. **6 Contas a receber (em milhares de reais)**

	2021	2020
Partes relacionadas (nota 7)	-	41
Permissionários a receber	4.809	4.041
	4.809	**4.082**

Aging list (Permissionários a receber)

	2021	2020
A vencer	4.617	3.785
Vencidos de 1 a 30 dias	127	149
Vencidos de 31 a 60 dias	49	72
Vencidos de 61 a 90 dias	16	35
	4.809	**4.041**

Observação: a partir de 91 dias do vencimento é feita a provisão para liquidação duvidosa

7 Transações com partes relacionadas (em milhares de reais)

A parte controladora final é Prefeitura Municipal de Campinas ("PMC").

Saldo dos convênios:	**2021**	**2020**
Ativo Circulante		
Convênio - Alimentação Escolar (a)	-	-
Convênio - Banco de Alimentos (b)	-	41
Passivo Não Circulante		
Convênio - Alimentação Escolar (a)	8.374	10.931
Convênio – Banco de Alimentos (b)	16	-
	8.390	**10.931**

Demonstrativo do Saldo 2021	Alimentação Escolar	Banco de Alimentos
Saldo Inicial	**10.931 (Passivo)**	**- 41 (Ativo)**
Repasse	63.159	626
Prestação de Contas com aquisição de Imobilizados	(65.716)	(569)
Saldo Final	**8.374 (Passivo)**	**16 (Passivo)**

Movimentação das contas de resultado	2021	2020
Receita		
Convênio - Alimentação Escolar (a)	65.692	52.351
Convênio - Banco de Alimentos (b)	569	630
	66.261	**52.981**
Custos		
Convênio - Alimentação Escolar (a)	(65.694)	(52.349)
Convênio - Banco de Alimentos (b)	(597)	(644)
	(66.291)	**(52.993)**

Os saldos dos convênios mantidos no ativo ou passivo resultam da relação entre os repasses efetuados pela PMC e o custo efetivo da operacionalização dos programas, ou seja repasse utilizado. Se os custos forem menores que os repasses haverá saldo no passivo e se o repasse ocorrer a menor do que o previsto o saldo estará no ativo. Ao final do exercício de 2021 os saldos dos convênios foram registrados no passivo. As transações com partes relacionadas são realizadas nas condições descritas abaixo. **a) Programa Municipal de Alimentação Escolar** - Os repasses efetuados pela Prefeitura Municipal de Campinas são utilizados para custear a gestão e operacionalização do Programa Municipal de Alimentação Escolar que visa abastecimento, distribuição e preparação de alimentos nas escolas públicas do município de Campinas. **b) Programa Banco Municipal de Alimentos** - Os repasses efetuados pela Prefeitura Municipal de Campinas são utilizados para custear parte das ações do Programa Banco Municipal de Alimentos, vinculado à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. **8 Estoques, Impostos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Créditos (em milhares de reais) a) Estoques:** Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava um saldo de estoque de pequenos materiais de uso operacional para consumo próprio no valor de R$ 208 e R$ 132 em 2020 **- b) Impostos a Recuperar:** Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava saldo de impostos a recuperar referente a valores pagos a maior em exercícios anteriores e provisão de IRPJ sobre rendimento de Aplicações Financeiras. O saldo total deste grupo contábil é R$ 152 em 2021 e R$ 219 em 2020. Já existem solicitações de restituição para os valores referente IRPJ/CSLL através de PER/DCOMP e tais valores são atualizados mensalmente utilizando a taxa Selic como base para que a situação patrimonial da companhia fique de acordo com a realidade econômica. **c) Despesas Antecipadas:** Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava saldo de seguros e assinaturas a amortizar no valor de R$ 117 e R$ 139 em 2020 **d) Outros Créditos:** Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava saldo de adiantamento de férias, adiantamento de 13º salário, adiantamento para despesas, ressarcimento cessão funcionário e outros valores a recuperar no valor de R$ 1.058 e R$ 1.005 em 2020.

9- Imobilizado (em milhares de reais)

	Edificações	Terrenos	Urbanizações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Computadores e periféricos	Móveis utensílios	Veículos	Obras em andamento (*)	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros (**)	Outros (****)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020												
Líquido	73.622	40.020	6.528	869	200	94	88	59	1.389	650	19	**123.538**
Movimentação												
Adições	630	0	108	538	62	60	71	0	1.510	0	0	2.980
Baixas	(70)	0	0	(123)	0	0	(3)	0	(589)	0	0	(784)
Depreciação	(2.467)	0	(732)	(188)	(39)	(31)	(20)	(39)	0	(31)	(5)	(3.552)
Baixas de depreciação	29	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	33
Provisão Perdas por Desvalorização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversão de Provisão de Perda	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Saldos em 31 de dezembro de 2020												
Custo ou custo atribuído	112.080	40.020	15.209	2.795	1.810	1.334	316	950	2.310	783	133	177.741
(-) Depreciação acumulada	(40.327)	0	(9.305)	(1.695)	(1.587)	(1.212)	(181)	(930)	0	(165)	(119)	(55.517)
Líquido	71.753	40.020	5.905	1.101	223	123	135	20	2.310	619	14	**122.224**
Movimentação												
Adições	2.607	0	0	75	26	0	0	0	610	0	952	4.270
Baixas	0	0	0	(13)	0	0	0	0	(2.607)	0	(736)	(3.355)
Depreciação	(2.481)	0	(723)	(196)	(38)	(36)	(22)	(19)	0	(31)	(5)	(3.551)
Baixas de depreciação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisão Perdas por Desvalorização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversão de Provisão de Perda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro de 2021												
Custo ou custo atribuído (***)	114.687	40.020	15.209	2.857	1.836	1.334	316	950	314	783	349	178.657
(-) Depreciação acumulada	(42.808)	0	(10.028)	(1.891)	(1.626)	(1.248)	(203)	(949)	0	(196)	(124)	(59.068)
Líquido	71.879	40.020	5.182	967	211	87	113	1	314	587	227	**119.588**

(*) Em 2021 refere-se às obras de reconstrução da Portaria 1 e da implantação do projeto técnico de segurança contra incêndio e pânico.

(**) Refere-se a revitalização do Horto Shopping Ouro Verde e Complexo Miguel Vicente Cury.

(***) No saldo desta linha está deduzido o saldo acumulado de Impairment, de R$ 2.432.

(****) Nesta coluna está inserido o saldo da conta Imobilizado a Setorizar, no valor de R$ 217.

a) Ajustes de avaliação patrimonial (em milhares de reais) - Em Dezembro/2015 foi contratado empresa especializada para Avaliação de Bens Patrimoniais nos itens do patrimônio como terrenos, edificações e urbanizações, objetivando a segregação dos itens do patrimônio avaliados em 2010 que foram construídos com recurso de terceiros, e minimizar os impactos causados pela depreciação do total desses itens no resultado da Cia. Os itens que antes estavam contabilizados como Imobilizado CPC 27 no valor de R$ 154.604, agora estão distribuídos entre Ajuste Laudo 2015 Terrenos, Realizadas por Terceiros, compondo o Total do Imobilizado. **b) Redução ao valor recuperável de Ativos** - Em Dezembro/2015 foi contratado empresa especializada para Avaliação de Bens Patrimoniais nos itens do patrimônio como terrenos, edificações e urbanizações. O reflexo dessa avaliação diminuiu o PL em R$ 1.946 assim como refletiu no resultado do exercício em 494 mil, pois vários itens com provisão para perda por desvalorização eram objeto de avaliação patrimonial de 2010 cujos valores estão contabilizados no PL. Tais lançamentos foram realizados com base no CPC 01. No 2º Semestre de 2021 foi concluída a contratação da empresa Maciel Assessores S.S. para novo teste de Impairment, avaliação patrimonial e consultoria quanto aos impactos contábeis e fiscais decorrentes deste trabalho. Até o fechamento deste o cronograma de realização do trabalho ainda não estava concluído, assim os impactos deste trabalho serão reconhecidos no início de 2022.

10 Intangível (em milhares de reais)

Direito Uso Marcas e Patentes*

	2021	2020
Início do exercício		
Bens em operação	222	275
(-) Amortização acumulada	(147)	(176)
Saldo líquido no início do exercício	**75**	**99**
Movimentações do exercício		
Adições	17	0
Baixas	0	(1)
Amortização	(20)	(24)
Baixas de amortização	0	1
Final do exercício		
Bens em operação	239	222
(-) Amortização acumulada	(167)	(147)
Saldo líquido ao final do exercício	**71**	**75**

11 Fornecedores (em milhares de reais)

	2021	2020
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	804	2.414
CEASA - Permissão de Uso	1.479	932
Convênio - Banco Municipal de Alimentos	23	11
Saldo Fornecedores a pagar	**2.306**	**3.357**

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela contratação de serviços e aquisição de materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível.

12 Impostos, salários e encargos sociais (em milhares de reais)

a) Impostos: Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava saldo de impostos a recolher no valor de R$ 1.708. Correspondente a IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IRRF sobre folha de pagamento e retenções sobre notas fiscais de terceiros. Em 2020 o saldo deste grupo era de R$ 1.231. **b) Salários e encargos sociais:** Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava saldo de salários e encargos sociais a pagar no valor de R$ 1.979, referente INSS/FGTS a recolher, transporte funcionários e provisão de férias de funcionários. Em 2020 o saldo deste grupo era de R$ 1.868.

13 Outras contas a pagar (em milhares de reais) - a) Valores de terceiros: Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava saldo referente à caução de contratos de prestação de serviços e repasse de honorários a realizar no valor de R$ 38 e R$ 30 em 2020.

b) Outros contas a Pagar - Em 31 de dezembro de 2021 a companhia apresentava saldo referente à mensalidades e repasse de associações (ASSOCEASA e APROCCAMP), e consignação sobre folha de pagamento no valor de R$ 1.327. Em 2020 o saldo deste grupo era de R$ 1.620.

14 Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido (em milhares de reais)

a) Ativo fiscal diferido

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre as diferenças temporárias.

	Nota	2021	2020
Diferença temporária			
Provisão para contingências	15	416	402
(x) Alíquota combinada do IR (25%) e CSLL (9%)		34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido		**141**	**137**

A movimentação da tributação diferida em 2021 foi R$ 5 e R$ (41) em 2020.

b) Passivo fiscal diferido - Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre ajuste de avaliação patrimonial, constituído em 1º de dezembro de 2010.

	Nota	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial			
Custo atribuído (mais valia)	9.a	154.604	154.604
(-) Depreciação acumulada (mais valia)		(44.904)	(41.997)
Reversão Custo atribuído (mais valia) ref. Baixa TR7		(16,27)	(16,27)
(=) Ajuste de avaliação patrimonial - líquido		109.683	112.590
(x) Alíquota combinada do IR (25%) e CSLL (9%)		34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - diferido		**37.292**	**38.281**

A movimentação da depreciação acumulada referente ao custo atribuído no exercício de 2021 foi de R$ 2.907 e R$ 2.909 em 2020, consequentemente a movimentação da tributação diferida em 2021 foi R$ 988 e R$ 989 em 2020.

15. Depósitos judiciais e provisões (em milhares de reais):

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento. Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores atualizados dos processos em dezembro de 2021.

Continua...

Continuação

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA

CNPJ: 44.608.776/0001-64

	2021							2020
	Perspectiva de perda					Depósitos judiciais		
	Remota	Possível	Provável	Total	Provisão	relacionados	Líquido	Líquido
Trabalhistas - CEASA	343	1.936	98	2.377	98	(202)	(104)	(22)
Trabalhistas -Terceiros	4.134	10.785	222	15.141	222	(1.493)	(1.272)	(287)
Cíveis	1.656	8.500	6	10.162	60	-	6	(244)
Tributários (Federal)	-	350	90	440	90	(167)	(77)	-
	6.133	**21.571**	**416**	**28.120**	**416**	**(1.862)**	**(1.447)**	**(553)**

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Trabalhistas	Cíveis(*)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**468**	**55**	**523**
Provisões constituídas durante o exercício	493	-	493
Provisões revertidas durante o exercício	(563)	(50)	(613)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**397**	**5**	**402**
Provisões constituídas durante o exercício 2021	342	91	378
Provisões revertidas durante o exercício 2021	(419)	-	(365)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**320**	**96**	**416**

(*) em 2021 houve provisão para processos tributários (federal) e tal valor foi adicionado à conta para provisões em processos cíveis. A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Ativo não circulante		
	Depósitos judiciais relacionados a provisões para contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**583**	**156**	**739**
Baixas	(88)	-	(88)
Novos depósitos/Atualização	211	93	304
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**706**	**249**	**955**
Baixas em 2021	(252)	88	(340)
Novos depósitos/Atualização em 2021	1.247	-	1.247
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.695**	**167**	**1.862**

a) Trabalhistas – CEASA / Indenizações judiciais a pagar

O saldo é representado por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras. Há ainda outros processos julgados como perdas possíveis, de acordo com decisão da equipe jurídica que analisa tais riscos em conjunto com a administração, cujas estimativas atualmente não são praticáveis, sendo divulgadas como meras expectativas de passivo contingente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu as provisões para contingências por haver discussões classificadas como de perda provável no valor de R$ 98 e R$ 318 em 2020. Em 31 de dezembro de 2021 havia R$ 202 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas prováveis, possíveis e remotas. Quanto aos acordos já firmados, o de maior relevância está separado entre Passivo Circulante e Não Circulante na conta de Indenizações Judiciais a Pagar para o parcelamento acordado em 2019 no processo 000165-97.2012.5.15.0094 referente a indenização por dano moral coletivo. O pagamento destas parcelas encontra-se suspenso desde Maio/2021, com amparo legal, devido as novas negociações que aguardam desfecho judicial. **b) Trabalhistas – Terceirizadas** - O saldo é representado por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente. Alguns são referentes à contratos para atendimento ao Programa Municipal de Alimentação Escolar, onde a Prefeitura de Campinas também é citada nos processos como parte reclamada e outros em sua maioria relacionados com a empresa prestadora de serviços na área de vigilância patrimonial, em que o serviço é prestado nos mercados localizados na Rod. Dom Pedro I, Terminal Miguel Vicente Cury e Horto Shopping Ouro Verde. Devido à sentença desfavorável, referente aos processos mais antigos, os consultores jurídicos da Companhia vêm sugerindo acordos judiciais com os reclamantes. Para os processos mais novos, praticamente em todas as discussões, os processos estão classificados como perda possível, devido a força tarefa e acompanhamento intensivo dos processos, além da Administração tomar medidas de precaução quanto aos contratos de terceiros. Nestes casos, atualmente não são praticáveis estimativas precisas, sendo seus valores divulgados como meras expectativas de passivo contingente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável, no montante de R$ 222 e R$ 101 em 2020. Em 31 de dezembro de 2021 havia R$ 1.493 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas prováveis, possíveis e remotas. **c) Cíveis/Tributários** - Em sua maioria, refere-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Companhia. De acordo com as práticas contábeis adotadas do Brasil e conforme Normativa emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu pronunciamento nº 25 (CPC 25), item 86, a Companhia informa que o processo 0022864-45.2004.8.26.0114 possui classificação de risco possível de acordo com a decisão da equipe jurídica que analisa tais riscos em conjunto com a administração, devido a possibilidade de acordo ou mudanças no andamento do processo e para tanto seu valor corresponde ao total divulgado como processos de risco possível. Há ainda outros processos julgados como perdas possíveis, de acordo com decisão da equipe jurídica que analisa tais riscos em conjunto com a administração, cujas estimativas atualmente não são praticáveis, sendo divulgadas como meras expectativas de passivo contingente. Em 2021 houve pelo departamento jurídico uma separação no relatório de contingências para processos tributários tramitados na esfera federal. A princípio os valores foram reconhecidos e adicionados à conta para provisões em processos cíveis. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável, no montante de R$ 96 e R$ 5 em 2020. Em 31 de dezembro de 2021 havia R$ 167 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas prováveis, possíveis e remotas.

16 Patrimônio líquido (em milhares de reais) a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto por 856.222 em ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	Quantidade de quotas	%
Prefeitura Municipal de Campinas	856.221.446	99,9999
Outros	870	0,0001
	856.222.316	**100,00**

b. Retenção de lucros: O saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$ 2.375 após descontados do resultado positivo de R$ 457 os efeitos da amortização e tributação diferida sobre o ajuste de avaliação patrimonial (R$ 81 de prejuízo em 2020), compõe o saldo da conta reserva de lucros e integrará a proposta de destinação de resultados a ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, como retenção de lucros, em linha com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

17. Provisão para imposto de renda e contribuição social (em milhares de reais)

a) Corrente

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.004	1.590			(2.699)	(2.577)
(+) Adições						
Permanentes	4.174	3.588			3.218	3.096
Temporárias	2.121	2.121			1.655	1.655
(-) Exclusões						
Permanentes	(792)	(792)			(813)	(813)
Base de cálculo						
Lucro real/base de cálculo da CSLL	6.508	6.508			1.361	1.361
Imposto de renda 15% + adicional 10%	(1.603)	-			(316)	-
Contribuição social 9%	-	(586)			-	(122)
Deduções legais	63	-			66	-
Total imposto de renda e contribuição social	**(1.540)**	**(586)**	**(2.126)**	**(316)**	**(122)**	**(372)**

Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve base de cálculo negativa a compensar.

b) Diferido

	Nota	2021	2020
Diferenças temporárias movimento período	14.a	5	(41)
Realização do custo atribuído (deemed cost)	14.b	988	989
		993	**948**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía saldo de prejuízo fiscal nem saldo remanescente de períodos anteriores. Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldo referente a base fiscal de contribuição social sobre o lucro liquido nem saldo remanescente de períodos anteriores. A Companhia não efetuou a provisão de Imposto de renda e Contribuição social diferido sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade. Em 2021 e 2020 a Companhia constituiu tributos diferidos sobre as diferenças temporárias.

18 Receita operacional líquida (em milhares de reais):

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Prestação de serviços - Permissão de uso - CEASA	19.221	17.306
Repasse de convênios - Prefeitura de Campinas (nota 7)	66.261	52.981
	85.482	**70.287**
Impostos	(1.778)	(1.616)
Devoluções e cancelamentos	(-)	(-)
Receita operacional líquida	**83.704**	**68.671**

Em 2021 a companhia registrou receita líquida de R$ 83.704 (R$ 68.671 em 2020), onde 20,48% se refere ao permissionamento de área e 79,16% refere-se aos repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para operacionalização dos convênios da Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

19. Despesas administrativas (em milhares de reais)

	2021	2020
Despesas líquidas de pessoal	(7.295)	(9.247)
Despesas líquidas de serviços	(2.835)	(2.723)
Despesas líquidas de material de consumo	(388)	(345)
Despesas líquidas tributárias	(257)	(227)
Despesas líquidas administrativas	(2.489)	(2.377)
Reversões (constituição) de provisões	(134)	(20)
Doações e Patrocínios	(9)	-
	(13.407)	**(15.201)**

Em 2021 a companhia registrou despesas administrativas no valor de R$ 13.407 e R$ 15.201 em 2020. A Companhia realizou em Dezembro/2021 doação no valor de R$ 8.693,62 à Associação Sem Chuteira Familiares e Amigos do Futebol CNPJ: 32.179.827/0001-09 no intuito de fomentar as atividades de caráter desportivo. O valor doado corresponde a 1% do IR sobre a alíquota de 15% na apuração do IRPJ - base de cálculo Novembro/2021 – amparo legal Lei 11.438/06. Não houve reajuste salarial nos exercícios de 2020 e 2021 em virtude dos Decretos Municipais 20.861/2020 e 21.243/2021 publicados como medida para controle dos gastos de custeio e de pessoal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19. Em decorrência do término no período de vigência dos Decretos acima foi aprovado em Fevereiro/2022 reajuste salarial na ordem de 10,74% retroagindo à Janeiro/2022. Diante da importância de destinar corretamente materiais recicláveis e evitar a poluição visual e do meio ambiente, além do fato de que a CEASA Campinas deve cumprir medidas fitossanitárias garantindo a segurança alimentar e nutricional, em Abril/2021 foi celebrado contrato com a Cooperativa de Produção dos Profissionais em Coleta, Manuseio e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis Unidos na Vitória, CNPJ: 09.273.572/0001-19. O Contrato prevê a prestação de serviços de coleta seletiva solidária e triagem de materiais recicláveis no interior da CEASA Campinas - Planta Dom Pedro (Mercados Hortifrúti e Flores) cujo valor global do contrato é de R$ 178.320,00 com prazo de 12 meses (R$ 14.860,00/mensal). **Benefícios a empregados** - A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, cartão vale alimentação, cartão vale refeição, vale transporte, formação profissional e uniforme. No exercício de 2021 os benefícios acima representaram a aplicação de R$ 3.293 e R$ 2.938 em 2020, correspondentes respectivamente, 3,93% e 4,28%, de sua receita operacional líquida.**Remuneração da Administração** - Em 2021, a remuneração da administração, que contempla a Direção, Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R$ 1.599 e R$ 1.572 em 2020, e inclui salários e honorários. A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Estatuto Social que foi sujeita à aprovação da assembleia geral, conforme determina a lei 6.404/76. A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Prefeito da cidade de Campinas. A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal corresponde a 25% da remuneração dos Diretores, conforme 67º AGE de 12/09/2019. Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com os montantes de janeiro a dezembro de 2021 e 2020 foram registrados na rubrica "Remuneração Diretoria e Remuneração dos Conselheiros", respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Remuneração Diretoria	800	784
Remuneração Conselho Fiscal e Conselho Administração	799	788
	1.599	**1.572**

20. Cobertura de seguros:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

21. Demonstração do EBITDA (em milhares de reais): O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro. Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não faz parte do escopo de uma auditoria, consequentemente não foi analisada pelos nossos auditores independentes. Adicionalmente, esse indicador não deve ser analisado isoladamente, deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações financeiras, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Lucro / (Prejuízo) do exercício	457	(2.001)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.126	372
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(993)	(948)
Depreciação/amortização	3.571	3.554
EBITDA	**5.162**	**977**

22. Exigibilidade Suspensa

	2021
ICMS - Tarifas TUST e TUSD (energia elétrica)	768
PIS/PASEP e COFINS	156
Contribuição Previdenciária - Terceiros	544
	1.468

Em 2021 a companhia passou a registrar os valores referente a provisão dos processos judiciais 1031693-70.2019.8.26.0114, 5010715-48.2019.4.03.6105, e 5002214-71.2020.4.03.6105 em novo grupo contábil denominado Exigibilidade Suspensa no Passivo Não Circulante. Em 2020 já registrava valores para os processos 1031693-70.2019.8.26.0114 R$ 399 e 5010715-48.2019.4.03.6105 R$ 156, porém estes eram mantidos nas contas contábeis de Provisão Energia Elétrica e PIS/PASEP e Confins a pagar no Passivo Circulante.

23. Instrumentos financeiros e riscos operacionais (em milhares de reais): Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros registrados no balanço estão representados principalmente pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, outros créditos e demais contas a pagar, conforme descrito a seguir. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros na forma de derivativos, hedges ou similares.

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	2021	2020
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	16.258	17.572
Contas a receber (nota 6)	4.809	4.041
Outros créditos (circulante)	1.058	1.005
Passivos financeiros		
Fornecedores (nota 11)	2.306	3.357
Transações com partes relacionadas (não circulante) (nota 7)	8.390	10.931
Demais contas a pagar (nota 13)	1.327	1.620

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de crédito: Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) e de operações com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionários e efetua aplicações financeiras somente em instituições financeiras de primeira linha. Risco de taxa de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimento e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - A Companhia possui aplicações financeiras indexadas pelo CDI. A análise da sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração) está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade
Valores atrelados ao CDI

	Cenário	Cenário I	Cenário II
Operação/risco	Provável	25%	50%
Taxa efetiva anual da Selic no período	4,44%	4,44%	4,44%
Ativo - Aplicações financeiras	16.032	16.032	16.032
Taxa estimada de acordo com os cenários	4,44%	3,33%	2,22%
Efeito no rendimento do ativo líquido			
Diminuição	-	(533)	(355)

Diretoria Executiva

Valter Aparecido Greve - Diretor Presidente
José Guilherme Lobo - Diretor Administrativo e Financeiro
Claudinei Barbosa - Diretor Técnico Operacional
Carolina Baldocchi - Contadora - CRC. 1SP.337.450/O-9
Juliana de Fátima Crivellaro Aleixo - Chefe de Setor - Contabilidade - CRC.1SP.300.942/O-6
Wilson Antonio Fornaro - Gerente Financeiro e Contábil - CRC. 1SP.121.654/O-2

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração das **Centrais de Abastecimento de Campinas S/A – CEASA**, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Auditores Independentes, Lam Auditores Independentes, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e do parecer do Conselho Fiscal, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Campinas, 29 de março de 2022.

Sérgio de Jesus Pacheco, **Valter Aparecido Greve**, **Emílio Cesar Favero**, **Wagner Luiz Santana**, **Vinicius Sampaio D´Ottaviano**, **Nilson Adriano Longhi**, **Sérgio Luís da Silva Safra**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os atuais Membros Efetivos integrantes do Conselho Fiscal das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A – CEASA/CAMPINAS, abaixo assinados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial da Companhia e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, com base nesse exame e no relatório dos Auditores Independentes – Lam Auditores Independentes, datado de 04 de Março de 2022, são de opinião que as mencionadas demonstrações expressam a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia, observados na íntegra, os termos que dispõem o referido parecer e manifestam-se, na forma do artigo 163 da Lei n° 6.404/76, favoráveis à aprovação das referidas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021 estando, portanto, em condições de serem submetidas para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. A Ata e os documentos integrais encontram-se arquivados na sede social da companhia.

Campinas, 23 de março de 2022.

Jose Homero Adabo, **Andrea Janotte Farina**, **Vinicius Issa Lima Riverete**, **Christiano Biggi Dias**, **Ali El Khatib**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Aos Conselheiros e Diretores da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA Campinas – SP

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis das **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. ("CEASA ou Companhia)** compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação às CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos:** *Auditoria do período anterior* - As demonstrações contábeis da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. em 31 de dezembro de 2020, não foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 12 de março de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de as CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar as CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A.; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; •Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas - SP., 04 de março de 2022.

AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES:07959064806 Assinado de forma digital por GUILHERME PEREIRA MENDES:07959064806 Dados: 2022.03.04 15:42:23 -03'00'

GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5